

ria ser pioneira nesse aspecto no Brasil, valorizando com isso uma das culturas fundadoras da nossa economia e da nossa cultura.

122

Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente, SP: desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho

Antônio Cezar Leal

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/02034-0
Vigência: 1/6/2001 a 31/12/2005

O tratamento adequado a ser dado ao lixo é um dos maiores problemas ambientais atuais. Presidente Prudente, sede da 10ª região de governo, com 200 mil habitantes, localiza-se em uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo e apresenta sérios problemas com o tratamento do lixo. São produzidas cerca de 90 t/dia de lixo, as quais são depositadas inadequadamente, e centenas de catadores vivem e trabalham nessas áreas manuseando o lixo em condições subumanas, sem organização própria que lhes permita auferir preços mais favoráveis na comercialização. Diante disso, a prefeitura já implantou um incinerador de lixo hospitalar, criou bolsões de entulho para reutilização e está implantando um aterro sanitário, com vistas a implementar a coleta seletiva. Propõe-se, neste projeto, desenvolver metodologias para a formulação e implantação de coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho, visando ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, de forma multidisciplinar, associado a um programa de educação ambiental. Está em foco apreender a complexidade da trama social que envolve o lixo em Presidente Prudente, em especial naquilo que se refere a cada um dos segmentos, a forma como se estrutura e a rede de relações que contempla. O projeto se sustenta no desenvolvimento e pesquisa em quatro pilares básicos: 1) programa de educação ambiental nas escolas, extensivo para a comunidade e os meios de comunicação; 2) metodologia de coleta seletiva e beneficiamento do lixo; 3) estudos das condições de vida dos catadores, propondo uma organização de trabalho autogerenciável; e 4) montagem de uma usina de pré-processamento com uma central de triagem.

123

Gestão pública e cadastro técnico: a informação diante das novas competências municipais

Silvana Maria Pintaui

Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01756-1
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2005

O cadastro técnico é uma das pedras angulares de uma administração municipal. É por meio do seu banco de dados que uma administração tem acesso a informações de diferentes naturezas, desde físico-territoriais até sociais, para poder exercer os controles mais diversos, desde impostos até sua aplicação, bem como planejar atuação e implementar programas. Infelizmente, o que se tem observado no Brasil é que são raros os casos em que esse setor esteja adequadamente organizado numa prefeitura. O aparente desinteresse pelo setor, que tem acarretado a desatualização de informações e erros quanto à aplicação de taxas e de recursos, só tem beneficiado uma parcela da população, a dos proprietários da terra. As consequências são, por vezes, dramáticas, particularmente para a população de baixa renda, que não domina os aspectos legais e pode ser seriamente prejudicada quanto à propriedade do solo urbano. Além dela, extensas parcelas da população não podem ter suas solicitações atendidas porque os cofres públicos não arrecadam corretamente e/ou porque a administração não pode planejar os investimentos dadas a falta, e mesmo a impossibilidade, de previsão orçamentária correta (o IPTU é uma das grandes fontes de ingresso para os municípios, particularmente nesse momento em que o município deve atender, com seus recursos, a programas que anteriormente recebiam verbas federais e/ou estaduais). Este trabalho visa superar os obstáculos referentes à atualização e funcionamento do cadastro técnico, propiciar formação para aqueles que lidam diretamente com o setor mediante treinamento e disponibilizar seus dados para o planejamento de investimentos do setor público e privado.

124

A geografia do crime de Marília, SP: diagnósticos para uma ação social comunitária

Sueli Andruccioli Felix

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01754-9
Vigência: 1/1/2001 a 31/7/2004

O crime é um fenômeno social e que, portanto, exige ações sociais. Visivelmente acuada por sentimentos de medo e insegurança, a sociedade reivindica políticas públicas de contenção da criminalidade como ações integradas entre polícia e comunidade (polícia comunitária). Prevenir o crime é o grande objetivo das ciências ligadas